

RESENHA

Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas

Social and Environmental Responsibility of Companies

Renato Pereira Monteiro

Email: renatomonteir@gmail.com

Contador do IFRS - Campus Porto Alegre, Doutorando em Contabilidade Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Renata Pereira Bender Monteiro

Email: renatamasterchef@gmail.com

Mestranda em Ciências Gastronômicas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, Portugal.

Manuscript first received/*Recebido em*: 27/08/2015 Manuscript accepted/*Aprovado em*: 30/11/2015

Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

Nas últimas duas décadas a discussão acerca da responsabilidade social e ambiental (RSA) das empresas têm crescido, bem como o entendimento da sociedade de que as empresas devem ter um papel de protagonistas, assim como os governos devem buscar um padrão de atuação responsável social e ambientalmente. A globalização dos negócios e da informação gerou um novo ambiente de atuação das empresas muito mais competitivo e de pressão dos diversos *stakeholders*. Questiona-se sua atuação e seu impacto em termos sociais e ambientais, em termos de exploração de trabalho, consumo de recursos naturais, direitos dos cidadãos e da terra, entre outros.

Este é o contexto principal retratado no livro do Prof. Jorge José Martins Rodrigues, Dr. em Gestão, e da Profa. Maria Manuela Ramos Fernandes, também Dra. em Gestão, editado em Portugal, intitulado “Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas” no qual analisam com clareza e detalhes os modelos de relato da responsabilidade social nas organizações, contribuindo para disseminar o conhecimento sobre como as organizações socialmente responsáveis podem relacionar-se com a sociedade e contribuindo também com os gestores para que estes possam tomar decisões mais éticas e responsáveis. A obra “Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas” está dividida em três capítulos: as empresas, responsabilidade social e ambiental, organismos de promoção e relato da informação.

O primeiro capítulo faz uma abordagem sobre as empresas, tratando de sua evolução, contexto de atuação atual, fatores que influenciam esta atuação, discutem quem são os

interessados neste atuar. Debatem ainda a importância da constante inovação dentro das empresas. Uma das contribuições do primeiro capítulo é a definição do que é uma empresa sustentável. No entender dos autores uma empresa sustentável é aquela que consegue ter sucessivos desempenhos favoráveis à sua continuidade e sobrevivência. Este desempenho sustentável é o principal objetivo das empresas que devem atuar considerando um conjunto de aspectos como o mercado, a tecnologia e as operações.

Outro ponto de destaque no capítulo é a discussão sobre os onze princípios a serem seguidos na concepção de um relatório de sustentabilidade, sendo eles: transparência, inclusão, auditabilidade, perfeição, relevância, contexto de sustentabilidade, precisão, neutralidade, comparabilidade, clareza e ser atempado. O relatório de sustentabilidade é uma ferramenta para informar os vários grupos de *stakeholders* de uma empresa sobre o seu desempenho. Estabelecem que a execução do relatório é um sinal por parte da empresa perante a sociedade de que está comprometida com estes aspectos, buscando credibilidade e melhoria de sua imagem. O primeiro capítulo focou ainda no entendimento de que a RSA pode ser um fator de valorização da marca e da imagem, por meio dela pode-se atingir uma fidelização dos clientes, valorização dos produtos, maior satisfação, traduzindo-se em vantagem competitiva relativamente aos concorrentes do mercado. Os autores entendem que a RSA não é somente um desafio para as empresas, mas uma oportunidade de melhoria e de vantagem competitiva. O primeiro capítulo ainda apresenta semelhanças entre os relatórios de sustentabilidade e os relatórios financeiros.

No segundo capítulo é feito o enquadramento conceitual da responsabilidade social, tratam da evolução de seu conceito, de suas dimensões interna e externa. Conforme os autores um dos primeiros momentos de fomento da RSA foi a edição em julho de 2001 pela Comissão Europeia do “Livro Verde” intitulado “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas” que definiu a RSA como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas. A RSA é entendida como uma questão cultura da empresa, devendo ser encarado como um benefício de médio e longo prazo, podendo contribuir para o esperado desenvolvimento sustentado.

Destacam neste capítulo que o conceito surgiu primeiramente no sentido de que a responsabilidade dos que dirigiam indústrias era manter o equilíbrio justo entre os vários interesses dos públicos, dos consumidores, dos funcionários, dos acionistas, além de contribuir de maneira elevada para o bem-estar da nação como um todo. Traçam a trajetória do conceito, percorrendo o entendimento de Bowen (1953) de que a RSA busca realizar

atividades sem se limitar aos normativos legais mas ter um comportamento de reação para correção de abusos surgidos com base na legalidade, de antecipação de necessidades sociais, de Friedman (1962) que entendia ser uma obrigação social, pelo entendimento, de Drucker (1995) de que a RSA é a postura ética na administração, reponsabilidade do trabalhador para com o empregador, participação e apoio do empresário a cultura e causas filantrópicas, além da defesa da moralidade.

Destacam que o estado da arte atual aponta que a RSA deve ser encarada como parte integrante da gestão, seja uma forma de comportamento voluntário adotado que vai além das leis vigentes, seja uma gestão que respeita a ética de forma transparente com todos os grupos de interessados e que promova a definição de objetivos empresariais compatíveis como desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando seus recursos para as gerações futuras e que também promova a redução das desigualdades sociais.

No terceiro capítulo tratam dos organismos de promoção e relato da informação, relatando o caso da União Europeia, das Organizações das Nações Unidas, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização Internacional de Normalização (OIN), da *Global Reporting Initiative*, *Social Accountability International* (SAI), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Sobre a União Europeia destacam seu papel relevante com a edição do Livro Verde, ampliam a discussão sobre a convergência e transparência que devem estar fundamentas em códigos de conduta, normas de gestão, contabilidade, auditoria e divulgação de relatórios, rótulos e investimento socialmente responsáveis.

Em relação as Nações Unidas tratam do Programa *Global Compact* que propõe um pacto global para atuação das empresas fundamentado em nove princípios discutidos com profundidade no capítulo.

Sobre a OCDE apresentam e discutem o OCDE *Guidelines For Multinacional Enterprises* que constitui um conjunto de princípios e normas a serem seguidos voluntariamente pelas empresas multinacionais, são linhas de orientação que visam assegurar que as operações das empresas multinacionais estão em harmonia com o desenvolvimento sustentável, divididas em dez partes: (1) conceitos e princípios, (2) políticas gerais, (3) divulgação, (4) relações de trabalho e industriais, (5) ambiente, (6) combate ao suborno, (7) o interesse de consumidores, (8) ciência e tecnologia, (9) concorrentes e (10) impostos.

Abordam ainda a OIN que é um órgão de normatização mundial com sede na Suíça e produz normas internacionais aplicadas em todo o mundo, as normas ISO. Estas fixam as exigências para o que se faz de melhor em matéria de bens, produtos, processos, materiais e

sistemas, assim como em termos de boas práticas de avaliação de conformidade de gestão. As normas ISO são concebidas para serem aplicadas à escala mundial e dão contribuição positiva ao mundo em diversos aspectos tais como a qualidade, a ecologia, economia e outros. Destacam no capítulo a discussão das normas ISO 9000 e ISO 14000, sendo de qualidade e do ambiente, respectivamente.

Ao abordar no capítulo o GRI destacam as Linhas de Orientação do Relatório de Sustentabilidade que foram lançadas em 2002 pelo GRI, ampliem a discussão de seus onze princípios que devem ser seguidos para o elaborar do relatório de sustentabilidade. As linhas de orientação são de uso voluntário pelas organizações para o relato do ambiente econômico e da dimensão social das suas atividades, bens e serviços.

O capítulo ainda a norma SA 8000 de responsabilidade social da SAI de 2001 que constitui um padrão ético para promover o negócio socialmente responsável, são apresentados os quesitos de RSA da SAI. O capítulo é finalizado com a apresentação do Instituto Ethos do Brasil de suas linhas de atuação e dos seus sete indicadores de desenvolvimento social e empresarial

O livro contribui para entender os aspectos mais fundamentais da RSA nas empresas, faz um diagnóstico do ambiente empresarial atual que justifica a adoção de relatos da RSA pelas empresas, faz um enquadramento do conceito na atualidade e apresenta os mais relevantes organismos de normatização da RSA no mundo e suas principais orientações. Os autores pontuam que a RSA não é só um desafio para as empresas, mas também um objetivo e uma oportunidade de melhoria onde pode melhorar sua imagem, agregar valor ao seu produto e, assim, obter vantagens competitivas que a diferencia de seus concorrentes.

Referência Bibliográfica

RODRIGUES, Jorge José Mastins. DUARTE, Maria Manuela Ramos Fernandes Rebelo. **Responsabilidade Social e Ambiental das Empresas**. Lisboa, Editora Escolar Editora, 2012, 174 p. / ISBN 978-972-592-336-8